



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**06/07/2013**



# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. VARAS CRIMINAIS.....	3 - 4
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CASO DÉCIO SÁ.....	5
2.2. SELETIVOS.....	6
2.3. SINDJUS.....	7
3. JORNAL O QUARTO PODER	
3.1. AÇÕES TJMA.....	8
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	9
4.2. SELETIVOS.....	10

## **Turma Recursal de Balsas vai atender 266 mil habitantes da região Sul**

PÁGINA 3

## **Turma Recursal de Balsas vai atender 266 mil habitantes da região Sul**

Habitantes de treze comarcas da região Sul do Maranhão passam a contar com uma Turma Recursal (TR) Cível e Criminal, instalada ontem (5), na comarca de Balsas, a 850 km de São Luís, pelo corregedor-geral da Justiça e presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, desembargador Cleones Cunha, que no ato representou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Antonio Guerreiro Júnior.

É a oitava Turma Recursal a ser instalada no Estado após a reestruturação trazida pela Resolução nº 56/2012, com o fim de diminuir o tempo de julgamento dos recursos, antes acumulados apenas nas turmas recursais de São Luís e Imperatriz.

Além de Balsas, ela vai julgar os recursos em processos de juizados oriundos de Alto Parnaíba, Barão de Grajaú, Benedito Leite, Carolina, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Pastos Bons, Riachão, São Domingos do Azeitão, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso, que totalizam cerca de 266 mil habitantes. As 13 comarcas foram desmembra-

das da Turma Recursal Cível e Criminal de Imperatriz, que continua suas atividades com recursos de outras 16 comarcas da região.

O desembargador Cleones Cunha e a coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Márcia Coelho Chaves, frisaram o apoio do presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e dos membros da Corte na aprovação do projeto, que demandou recursos e despesas com estrutura e criação de novos cargos.

O corregedor-geral afirmou que as novas turmas devem diminuir tanto o tempo nos julgamentos quanto a quantidade de recursos, principalmente de grandes empresas. Ele justificou a necessidade da interiorização das turmas recursais, verificada com o acúmulo de recursos em Imperatriz e São Luís, onde o número chegou a superar o acervo do TJMA e a espera chegava a cinco anos. "Uma pessoa que mora em Barão de Grajaú, por exemplo, está muito mais perto de Balsas do que de São Luís", observou.

Para a Márcia Coelho Chaves, "a medida vai trazer bene-

fícios à Justiça, aos advogados e ao jurisdicionado, que é nosso principal objetivo". Na ocasião, a magistrada anunciou a realização do mutirão de audiências "Pauta-Zero", em Imperatriz, no mês de setembro, com o objetivo de diminuir o número de recursos.

O presidente da Turma, juiz Marco André Tavares Teixeira, ressaltou os princípios de informalidade, celeridade e economia processual trazidos pela Lei 9.099 ao sistema de juizados especiais e turmas recursais, que foram enfrentados pelo Tribunal de Justiça frente à demora que existia nos julgamentos. "Com a interiorização das turmas ganharemos tempo e a comunidade terá livre acesso", destacou.

**CELERIDADE** - A advogada e delegada da Comissão dos Juizados Especiais da Subseção da OAB de Balsas, Rosane Ferreira Ibiapino, parabenizou a iniciativa do Judiciário e destacou que ela atende a um clamor dos advogados e, principalmente, da sociedade local. "A TR será um grande avanço para a nossa comarca pela grande demanda processual e pelas dificuldades em nos deslocarmos até Imperatriz

para acompanhar os recursos", enfatizou.

O comerciante Raimundo Nonato da Silva, que possui recurso há três anos na TR de Imperatriz, disse que a Turma Recursal de Balsas trará celeridade ao julgamento dos processos. "A partir de agora, vamos poder acompanhar de perto nossos recursos. A população vai ganhar muito com este projeto do Poder Judiciário", afirmou.

**JULGAMENTOS** - A turma vai iniciar seus trabalhos com cerca de 600 recursos, dos quais cerca de 450 são oriundos do Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas, que tem uma distribuição média mensal de 150 processos e conta com 1.900 em tramitação. Funcionará no Fórum de Balsas (Av. Dr. Jamildo, s/nº, Potozi), tendo como presidente o juiz Marco André Tavares Teixeira (2ª Vara de Balsas) e como titulares os magistrados Edmilson da Costa Lima (Juizado Especial) e Marzurkiévcz Saraiva de Souza (Comarca de Carolina).

Os suplentes são os juizes Luciane Cristina de Sousa Ferreira (1ª Vara de Balsas), Alessandro Arrais Pereira (Riachão) e José Augusto Sá Leite (São Raimundo das Mangabeiras).

# Defensoria tem forte atuação no Tribunal do Júri em Carolina

O defensor público Cosmo Sobral, titular do núcleo regional da Defensoria Pública em Carolina, participou de mutirão promovido pelo Tribunal do Júri daquela comarca. Os julgamentos foram realizados nos dias 18, 20 e 21 de junho. Ele atuou em três processos que entraram na pauta e as teses sustentadas pelo defensor foram acolhidas pelos jurados.

No dia 18 de junho foi levado a julgamento o acusado Sérgio de Miranda. Ele foi denunciado pelo Ministério Público Estadual pela suposta prática de homicídio qualificado pela morte do jovem Diogo Viana durante uma festa no dia 16 de julho de 2011. O defensor sustentou que o acusado agiu em situação



**Defensor Público Cosmo Sobral durante atuação em mutirão do Tribunal do Júri**

de legítima defesa, tese acolhida pelos jurados.

No segundo processo, Hilton Francisco de Mene-

zes foi denunciado por tentativa de homicídio ocorrido em 2001. A Defensoria alegou que o crime já havia

prescrito e o magistrado acolheu a tese e decretou a extinção da punibilidade.

O terceiro processo tinha como réu Ézio Nunes da Silva. Ele foi acusado de homicídio simples, por ter supostamente aplicado um golpe com um caibro de madeira na cabeça da vítima Gilson Nunes durante uma festa, também em 2001. O defensor utilizou o argumento da legítima defesa, acolhida pelos jurados, que também absolveram o acusado.

Na oportunidade, Cosmo Sobral explicou para a comunidade carolinense o papel da Defensoria Pública no âmbito dos processos criminais. "O trabalho da Defensoria é analisar os fatos e requer que seja aplicada a pena justa", destacou.

# Servente é condenado a 22 anos de reclusão

O 2º Tribunal do Júri de São Luís condenou o servente Wigleny Marques Ramos, conhecido como "Ingrid", a 22 anos e três meses de reclusão. Ele assassinou Edenildo Rodrigues dos Santos, com quatro tiros de revólver, no momento em que a vítima saía de casa em uma bicicleta, na companhia de um filho pequeno.

O assassinato aconteceu no dia 24 de setembro de 2009, por volta das 19h, na Vila Embra-tel. Segundo consta nos autos, o acusado premeditou o crime, ficando nas proximidades da casa da vítima, aguardando o momento da execução. Wigleny Marques Ramos responde a outro processo na 4ª Vara Criminal de

São Luís.

O juiz Gilberto de Moura Lima, que presidiu o julgamento na última segunda-feira (1º), negou ao acusado o direito de recorrer da decisão em liberdade. O réu, que já se encontrava recolhido ao Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas, compareceu ao julgamento. Na época do crime ele tinha 19 anos.

**CONDENAÇÃO** - Na terça-feira (2), o 3º Tribunal do Júri condenou Hamilton de Jesus França dos Santos a 13 anos de reclusão pelo assassinato de Sílvio Mário Almeida Sá, na madrugada do dia 21 de novembro de 2010, no bairro Monte Castelo. A vítima deixou nove filhos.

Conforme a denúncia

do Ministério Público, Hamilton de Jesus França agrediu fisicamente Sílvio Mário Almeida em uma festa de reggae, e quando a vítima tentava fugir em uma bicicleta, foi atingido nas costas por um tiro disparado pelo acusado, que na época tinha 19 anos.

A juíza Kátia Coelho de Sousa Dias, que presidiu o julgamento, manteve a prisão Hamilton de Jesus França. Na época do assassinato de Sílvio Mário Almeida o acusado já respondia a outros processos criminais.

**TENTATIVA DE HOMICÍDIO** - O autônomo Carlos André Mendes Gomes foi condenado pelo 2º Tribunal do Júri a 10 anos e oito meses de reclusão, por tentar matar,

com um tiro de revólver na cabeça, Aroldo Diniz, no dia 7 de dezembro de 2002, por volta das 6h, em um "ferro velho" onde a vítima trabalhava, no bairro do Lira.

O acusado e a vítima compareceram ao julgamento realizado na última terça-feira (02). Carlos André Mendes confessou a autoria do crime. O juiz concedeu ao réu o direito de apelar da decisão em liberdade.

Wigleny Marques Ramos e Hamilton de Jesus França dos Santos cumprirão pena em regime fechado, na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís.

# Sindicato solicita urgência do TJ no Caso Décio Sá

Presidente do Sindicato dos Jornalistas se reúne com juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri e pede urgência no processo



O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Luís, Douglas Cunha, se reuniu ontem com o juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de São Luís, José Costa, manifestando sua preocupação com o andamento do processo que apura o assassinato do jornalista Décio Sá.

Durante o encontro, o magistrado informou que o processo já se encontra na fase das alegações finais, quando as partes se manifestarão e o juiz presidente do processo pronuncia os acusados ao júri popular. Na ocasião, o José Costa informou também

que se encontra na titularidade da 1ª Vara do Júri Popular, porém por um pequeno espaço de tempo, visto que logo deverá ser transferido.

Douglas Cunha manifestou sua confiança na Justiça, mas demonstrou sua preocupação com as constantes mudanças de juízes na Vara que cuida do processo. Disse o presidente do sindicato que sua preocupação reside nos fatos de os acusados já terem mudado seus depoimentos, assim como os seus defensores vem se utilizando de recursos protelatórios visando ganhar tempo, entrevendo o andamento do processo, mas que não acredita que isso venha possibilitar a impunidade dos réus.



Divulgação

Juiz José Costa e o jornalista Douglas Cunha em reunião na 1ª Vara

# Concurso de juiz prossegue hoje

Tribunal de Justiça do Maranhão realizará as provas da segunda etapa também amanhã

As provas da segunda etapa do concurso público para o cargo de juiz de direito substituto, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), serão aplicadas a partir de hoje, às 14h, no Colégio Literato (Av. Mário Andreazza, nº 10, Olho d'Água), com prosseguimento amanhã (7) e na segunda-feira (8), no mesmo local e horário.

O certame, que visa ao preenchimento de 31 vagas e formação de cadastro de reserva, é organizado pelo Cespe/UnB, cujo site consta o local das provas desde o dia 26 deste mês.

Nesta fase, os candidatos classificados na prova objetiva aplicada no dia 3 de março se submetem às provas discursivas. Serão cinco questões discursivas hoje. Amanhã ocorrerá a prova de sentença cível, e na segunda-feira a de sentença criminal.

De acordo com o presidente do TJ-MA, Guerreiro Júnior, ao final do concurso, os aprovados atuarão como juízes substitutos em comarcas de entrância inicial, no interior do estado, sob

## Mais

Das vagas abertas e das que vierem a ser criadas no prazo de validade do concurso, 5% serão preenchidas por candidatos com algum tipo de deficiência. Eles participarão do concurso em igualdade de condição com os demais concorrentes. O tempo das provas, somente para eles, poderá ser estendido em até uma hora.

indicação exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça.

O edital de convocação para a sessão pública do resultado provisório das provas escritas, de distribuição dos recursos contra o resultado e para julgamento dos recursos, está previsto para 2 de agosto, no Diário da Justiça Eletrônico.

**Etapas** - Os aprovados passarão por outros exames, que incluem desde sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental, psicotécnico, avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na magistratura (de caráter eliminatório e promovido pela Esmam).

# Servidores do Judiciário do Brasil apoiam os movimentos sociais

Categoria participa de encontro que será encerrado hoje em São Luís, no qual estão discutindo, além do movimento Vem Pra Rua, a participação dos sindicatos na mobilização e como está a relação dos servidores com os tribunais brasileiros

**R**epresentantes de sindicatos filiados à Federação Nacional dos Servidores do Judiciário (Fenajud) de todo o Brasil, reunidos ontem, em São Luís, manifestaram solidariedade aos movimentos sociais que estão ocupando as ruas das cidades brasileiras.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA), Aníbal Lins, explicou que os movimentos sindicais devem apoiar a agenda positiva

do movimento, como a defesa da moralidade na política e condução eficiente dos setores educacionais, de saúde e transportes. “Encontros como esse são espaços para se discutir o momento atual por que passa o Brasil, pois há a necessidade de se promover reformas, inclusive no Poder Judiciário”, propôs.

Para o presidente da Fenajud, Walter Macedo, que abriu a reunião, na noite de quinta-feira (4), no auditório do Hotel Holliday Inn,

o momento é propício para se discutir, também, as regras e formas de relação do servidor do judiciário com os tribunais brasileiros.

Nos debates da mesa redonda de abertura *Conjuntura Nacional na atualidade*, o presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenasempe), Marcos Soares, afirmou que é importante que as forças progressistas do Brasil se unam em defesa do estado democrático, neste momento.

## Região Sul do MA

### Turma Recursal de Balsas vai atender 266 mil habitantes

Habitantes de treze comarcas da região Sul do Maranhão passam a contar com uma Turma Recursal (TR) Cível e Criminal, instalada nesta sexta-feira (5), na comarca de Balsas, a 850 km de São Luís, pelo corregedor-geral da Justiça e presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, desembargador Cleones Cunha, que no ato representou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Antonio Guerreiro Júnior.

É a oitava Turma Recursal a ser instalada no Estado após a reestruturação trazida pela Resolução nº 56/2012, com o fim de diminuir o tempo de julgamento dos recursos, antes acumulados apenas nas turmas recursais de São Luís e Imperatriz.

Além de Balsas, ela vai julgar os recursos em processos de juizados oriundos de

Alto Parnaíba, Barão de Grajaú, Benedito Leite, Carolina, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Pastos Bons, Riachão, São Domingos do Azeitão, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso, que totalizam cerca de 266 mil habitantes. As 13 comarcas foram desmembradas da Turma Recursal Cível e Criminal de Imperatriz, que continua suas atividades com recursos de outras 16 comarcas da região.

O desembargador Cleones Cunha e a coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Márcia Coelho Chaves, frisaram o apoio do presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e dos membros da Corte na aprovação do projeto, que demandou recursos e despesas com estrutura e criação de novos cargos.

# Turma Recursal de Balsas vai atender 266 mil habitantes da região Sul

Habitantes de treze comarcas da região Sul do Maranhão passam a contar com uma Turma Recursal (TR) Cível e Criminal, instalada ontem (5), na comarca de Balsas, a 850 km de São Luís, pelo corregedor-geral da Justiça e presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, desembargador Cleones Cunha, que no ato representou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Antônio Guerreiro Júnior.

É a oitava Turma Recursal a ser instalada no Estado após a reestruturação trazida pela Resolução nº 56/2012, com o fim de diminuir o tempo de julgamento dos recursos, antes acumulados apenas nas turmas recursais de São Luís e Imperatriz.

Além de Balsas, ela vai julgar os recursos em processos de juizados oriundos de Alto Parnaíba, Barão de Grajaú, Benedito Leite, Carolina, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Pastos Bons, Riachão, São Domingos do Azeitão, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso, que totalizam cerca de 266 mil habitantes. As 13 comarcas foram desmembradas da Turma Recursal Cível e Criminal de Imperatriz, que continua suas atividades com recursos de outras 16 comarcas da região.

O desembargador Cleones Cunha e a coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Márcia Coelho Chaves, frisaram o apoio do presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, e dos membros da Corte na aprovação do projeto, que demandou recursos e despesas com estrutura e criação de novos cargos.

O corregedor-geral afirmou que as novas turmas devem diminuir tanto o tempo nos julgamentos



**O desembargador Cleones Cunha e a juíza Márcia Coelho Chaves descerram a placa de instalação da TR**

quanto a quantidade de recursos, principalmente de grandes empresas. Ele justificou a necessidade da interiorização das turmas recursais, verificada com o acúmulo de recursos em Imperatriz e São Luís, onde o número chegou a superar o acervo do TJMA e a espera chegava a cinco anos. “Uma pessoa que mora em Barão de Grajaú, por exemplo, está muito mais perto de Balsas do que de São Luís”, observou.

Para a Márcia Coelho Chaves, “a medida vai trazer benefícios à Justiça, aos advogados e ao jurisdicionado, que é nosso principal objetivo”. Na ocasião, a magistrada anunciou a realização do mutirão de audiências “Pauta-Zero”, em Imperatriz, no mês de setembro, com o objetivo de diminuir o número de recursos.

O presidente da Turma, juiz Marco André Tavares Teixeira, ressaltou os princípios de informalidade, celeridade e economia processual trazidos pela Lei 9.099 ao sistema de juizados especiais

e turmas recursais, que foram enfrentados pelo Tribunal de Justiça frente à demora que existia nos julgamentos. “Com a interiorização das turmas ganharemos tempo e a comunidade terá livre acesso”, destacou.

**Julgamentos** – A turma vai iniciar seus trabalhos com cerca de 600 recursos, dos quais cerca de 450 são oriundos do Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas, que tem uma distribuição média mensal de 150 processos e conta com 1.900 em tramitação. Funcionará no Fórum de Balsas (Av. Dr. Jamildo, s/nº, Potozi), tendo como presidente o juiz Marco André Tavares Teixeira (2ª Vara de Balsas) e como titulares os magistrados Edmilson da Costa Lima (Juizado Especial) e Marzurkiévcz Saraiva de Souza (Comarca de Carolina).

Os suplentes são os juízes Luciane Cristina de Sousa Ferreira (1ª Vara de Balsas), Alessandro Arrais Pereira (Riachão) e José Augusto Sá Leite (São Raimundo das Mangabeiras).

# Concurso de juiz prossegue hoje

As provas da segunda etapa do concurso público para o cargo de Juiz de Direito Substituto, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), serão aplicadas a partir deste sábado (6), às 14h, no Colégio Literato (Av. Mário Andreazza, nº 10, Olho d'Água), com prosseguimento no domingo (7) e na segunda-feira (8), no mesmo local e horário.

O certame, que visa o preenchimento de 31 vagas e formação de cadastro de reserva, é organizado pelo Cespe/UnB, cujo site consta o local das provas desde o dia 26 deste mês.

Nesta fase, os candidatos classificados na prova objetiva aplicada no dia 3 de março se submetem às provas discursivas. Serão cinco questões discursivas no primeiro dia (sábado). No segundo (domingo)

ocorrerá a prova de sentença cível, e no terceiro (segunda-feira) a de sentença criminal.

De acordo com o presidente do TJMA, Guerreiro Júnior, ao final do concurso, os aprovados irão atuar como juízes substitutos em comarcas de entrância inicial, no interior do Estado, sob indicação exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça.

O edital de convocação para a sessão pública do resultado provisório das provas escritas, de distribuição dos recursos contra o resultado e para julgamento dos recursos, está previsto para 2 de agosto, no Diário da Justiça Eletrônico.

Os aprovados passarão por outros exames, que incluem desde sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental, psicotéc-

nico, avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na magistratura (de caráter eliminatório e promovido pela Esmam).

Das vagas abertas, e das que vierem a ser criadas no prazo de validade do concurso, 5% serão preenchidas por candidatos com algum tipo de deficiência. Eles participarão do concurso em igualdade de condição com os demais concorrentes. O tempo das provas, somente para eles, poderá ser estendido em até uma hora.

Este é o primeiro concurso para juiz de Direito promovido pelo TJMA desde 2008, que também ofereceu 31 vagas. É ainda, o primeiro realizado pela gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior. A comissão é presidida pelo juiz de Direito Luís Carlos Dutra dos Santos.